



Estatuto da Igualdade Racial *Versus* Identidade Nacional Brasileira: Choque de Discursos em Reportagens do Jornal Nacional¹

Amcle Ramasses Queiroz LIMA²
Jacques MICK³

Associação Educacional Luterana Bom Jesus/Ielusc, Joinville, SC

RESUMO

Este texto é o resultado de uma reflexão sobre como foi construído o discurso de algumas reportagens do Jornal Nacional sobre o Estatuto da Igualdade Racial. Percebeu-se que a construção de sentidos dessas reportagens apresentava um choque entre o discurso do Estatuto da Igualdade Racial, que comunga com a ideia de um Brasil multicultural, e o da identidade nacional brasileira, que entende o Brasil como sendo formado por um povo uno, resultado de uma raça mestiça (um povo/raça). O texto parte de considerações sobre a construção da identidade nacional brasileira e discute também o papel do jornalismo como campo polifônico de convergência discursiva. O trabalho utiliza principalmente o conceito de interdiscursividade da Análise de Discurso da linha francesa (AD) para observar três matérias veiculadas entre maio e novembro de 2009.

PALAVRAS-CHAVE: identidade nacional brasileira; discurso; interdiscursividade.

Televisão e Cultura Nacional

Desde o poema épico Caramuru, publicado em 1781, de autoria do frei José de Santa Rita Durão (1722-1784) – o qual narra a história de Diogo Álvares Correia, o Caramuru, náufrago português do período do descobrimento que viveu entre os índios e se casou com a nativa Paraguaçu –, a mestiçagem é retratada como matriz fundadora do povo brasileiro. Stuart Hall diz o seguinte:

“Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos... Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas” (Hall, 2000, p.50).

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Graduado em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo, pela Associação Educacional Luterana Bom Jesus/Ielusc em abril de 2010, email: amclelima@yahoo.com.br.

³ Orientador do trabalho, Doutor e professor do curso de Sociologia da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, email: jmick@floripa.com.br.



O autor afirma que um “exemplo de narrativa da cultura nacional é a do mito fundacional” (Hall, 2000, p.54). Marilena Chauí (2000) apresenta o sentido etimológico da palavra mito como “narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é no sentido grego da palavra *mythos*)...” (Chauí, 2000, p.09). No sentido antropológico, “essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade” (Chauí, 2000, p.09). E por fim, na conceituação psicanalítica, é vista “como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela” (Chauí, 2000, p.09). Para Chauí (2000), o “mito fundador” do Brasil é representação do momento imaginário de fundação da nação, o qual desconsidera o processo histórico de sua formação.

Um discurso poderoso da cultura nacional brasileira é o do mito fundador do povo/raça da nação Brasil como sendo formado por uma raça mestiça. A ele poderíamos atribuir os três sentidos apontados por Chauí (2000): narração pública dos feitos da “comunidade imaginada” (Anderson, 2008) Brasil; solução imaginária para os conflitos reais nas relações entre brancos, negros e ameríndios no país; e um impulso à repetição que *ad nauseam* perpassa historicamente a literatura, a música, o rádio, o cinema e, claro, a televisão⁴. Conforme a autora:

“Um mito fundador é aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo” (Chauí, 2000, p.6).

Não foi por acaso que a Rede Globo, em 2001, ainda como comemoração pelos 500 anos do descobrimento, apresentou uma minissérie sobre a história de Diogo Álvares Correia, com o título “Caramuru: A Invenção do Brasil”. Produções como essa evidenciam uma relação “discursiva” entre o que é veiculado na maior televisão aberta do país e a “cultura nacional” (Hall, 2000), mais especificamente, no que tange a sentidos historicamente cristalizados em torno da mestiçagem no Brasil. Esse texto apresenta uma reflexão sobre essa relação, utilizando como objeto de pesquisa o discurso de reportagens do Jornal Nacional (programa telejornalístico de maior

⁴ Como exemplo do impulso a repetição do discurso da mestiçagem como mito fundador do povo brasileiro podemos citar os romances indianistas de Jose de Alencar (1829 – 1877), as óperas de Carlos Gomes (1836 – 1896), o conceito de antropofagia no movimento modernista, a música de Heitor Villa-Lobos (1887 – 1959), movimentos musicais como a Tropicália e o Manguebeat, telenovelas da Rede Globo que repetidamente apresentam casais entre brancos e negros, e até mesmo boa parte da obra de pensadores brasileiros como Gilberto Freyre (1900 – 1987) e Darcy Ribeiro (1922 – 1997).



audiência no Brasil), veiculadas entre maio e novembro de 2009, sobre o Estatuto da Igualdade Racial.

O *corpus* e o objeto de pesquisa

Esse trabalho começou com uma pesquisa exploratória feita em maio de 2009. Durante esse mês, assisti às edições do Jornal Nacional direto pela televisão, no formato como o jornal vai ao ar. Percebi que as reportagens sobre o Estatuto da Igualdade Racial, na época em discussão na Câmara de Deputados, apresentavam um choque entre o discurso da mestiçagem, como identidade nacional brasileira, e as proposições do Estatuto da Igualdade Racial. Num segundo momento, me direcionei para a internet e no site do Jornal Nacional fiz uma busca com os seguintes dizeres: “Estatuto da Igualdade Racial”, para o recorte das datas 01/01/2009 até 26/11/2009. Essa busca retornou quatro resultados. Um deles era uma nota lida pelo espectador sobre o adiamento da votação do Estatuto. Essa nota foi descartada da análise, pois optei trabalhar apenas com reportagens em função de sua *estrutura* de texto. Os outros três resultados mostraram duas matérias que foram ao ar em maio e mais uma que foi transmitida em setembro, quando o Estatuto foi aprovado. Essas três reportagens me levaram a tabela abaixo:

Tabela I			
Reportagens selecionadas ⁵			
NR	TÍTULO	Repórter	DATA
1	“Câmara aprova Estatuto da Igualdade Racial” ⁶	Poliana Abritta	09/09/09
2	“Deputados debatem sobre Estatuto de Igualdade Racial” ⁷	Poliana Abritta	13/05/09
3	“Estatuto pode criar cotas para negros na sociedade” ⁸	Poliana Abritta	19/05/09

⁵Endereço com os resultados da busca:

<http://busca2.globo.com/Busca/jn/?query=estatuto+da+igualdade+racial&dataA=01%2F01%2F2009&dataB=26%2F11%2F2009&filtroData=on&ordenacao=&offset=1&xargs=&formato=&requisitor=jn&aba=todos&filtro=&on=falso&formatos=>

⁶ Endereço reportagem 1: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL1298600-10406,00-CAMARA+APROVA+ESTATUTO+DA+IGUALDADE+RACIAL.html>

⁷ Endereço reportagem 2: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL1125316-10406,00-DEPUTADOS+DEBATEM+SOBRE+ESTATUTO+DE+IGUALDADE+RACIAL.html>

⁸ Endereço reportagem 3: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL1160356-10406,00-ESTATUTO+PODE+CRIAR+COTAS+PARA+NEGROS+NA+SOCIEDADE.html>



A ordem da tabela é alfabética e segue a mesma sequência de apresentação das matérias na página que traz o resultado da busca feita no portal do Jornal Nacional. Essa tabela me obriga a duas observações, uma sobre o tamanho do *corpus* (apenas três reportagens) e outra sobre as matérias terem sido produzidas pela mesma repórter. O *corpus* poderia ser aumentado de duas maneiras: aumentando o espaço entre as datas da busca ou ampliando o tema para outras políticas de equidade racial atualmente em debate no Brasil (dentre as quais poderíamos destacar reportagens sobre o projeto de lei federal que institui cotas para negros e ameríndios nas Universidades Federais e sobre os vestibulares das Universidades que já adotam o sistema de cotas).

Preferi, entretanto, trabalhar um *corpus* menor para fazer uma análise mais aprofundada. Sobre as três matérias serem da mesma repórter, Poliana Abritta, digo que não interferem no que me proponho a discutir nesse texto. Isso porque não pretendo identificar a origem, as vozes, nem o sujeito enunciativo do discurso analisado (isso seria de fato bastante complexo). Nesse texto me proponho a pensar esse *corpus* pelo conceito de interdiscursividade, que faz parte do aparato teórico da Análise de Discurso (AD) – da chamada linha francesa – no plano que investiga a formação dos sentidos.

Análise de Discurso e Jornalismo

De acordo com Marcia Benetti, a “AD é especialmente produtiva para dois tipos de estudo do jornalismo: mapeamento das vozes e identificação dos sentidos” (Benetti, 2007, p.107). Isso ocorre em função da seguinte concepção de discurso no campo jornalístico apontada pela autora:

Compreendemos o jornalismo como um lugar de circulação e produção de sentidos. De forma sucinta, o jornalismo é um discurso: a) dialógico; b) polifônico; c) opaco; d) ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos; e) elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares (Benetti, 2007, p.107).

A condição dialógica do discurso nos remete a sua exterioridade, pois qualquer dizer se utilizará do simbólico já existente. Pode se pensar o dialogismo no campo jornalístico em dois planos: entre discursos (interdiscursividade) e entre sujeitos (intersubjetividade) (Brait apud Benetti, 2007, p.107). Conforme a autora:



O dizer do homem é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se inscreve. Esse sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário. Dizer e interpretar são movimentos de construção de sentidos, e, assim como o dizer, também o interpretar está afetado por sistemas de significação (Benetti, 2007, p.109).

Esses “sistemas de significação” estabelecem as relações de exterioridade do discurso, seja no plano do interdiscurso ou da intersubjetividade. O jornalismo é um lugar de fala, o dizer jornalístico é um texto, ou seja, um tecido de sentidos no qual o autor (o sujeito-enunciador) mal ou bem tenta delimitar possibilidades de significação. Uma reportagem telejornalística é um texto que tenta acomodar significados dentro de uma “formação discursiva”, mesmo que para isso se apresente em um formato supostamente democrático e polifônico, para o qual múltiplos discursos convergem. Um repórter (que pelo menos cenicamente é o sujeito-enunciador), ao elaborar seu texto, se apropria do simbólico e está sujeito à interdiscursividade para manipular os sentidos. Conforme Orlandi: “O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” (Orlandi, 2005, p.33). Assim sendo:

É preciso visualizar a *estrutura* do texto, compreendendo que esta *estrutura* vem ‘de fora’: o texto é decorrência de um movimento de forças que lhe é exterior e anterior. O texto é a parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia em outro lugar: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário (Benetti, 2007, p.111, grifo meu).

Podemos interpretar essa relação de exterioridade do texto e de sua *estrutura*, como sendo um jogo interdiscursivo, também jogado com as “culturas nacionais” (Hall, 2000) e seus projetos de identidade nacional. As reportagens do Jornal Nacional sobre o Estatuto da Igualdade Racial, ao promoverem um debate sobre a questão racial no Brasil, se apóiam no discurso da “cultura nacional” sobre o povo brasileiro. Isso porque “o mito das três raças” (Ortiz, 1994), “mito fundador” (Chauí, 2000) do Brasil diz que o “povo brasileiro” é formado por uma “nova raça” mestiça (Ribeiro, 1995), amalgama de ameríndios, brancos e negros. E nessa relação interdiscursiva que as reportagens analisadas constroem seus sentidos, seu tecido de significação.



O padrão global como estrutura de texto/reportagem

Perseu Abramo (1929-1996) escreveu um ensaio em 1988, intitulado “Padrões de manipulação na grande imprensa”. Algumas observações de Abramo a respeito dos tais “padrões de manipulação”⁹ são bastante pertinentes, em particular um padrão que ele observava, há mais de vinte anos, nas reportagens televisivas. Armado de fina ironia, ele batizou esse padrão de “Padrão global ou padrão específico do jornalismo de televisão e rádio”. O autor tenta despistar: “a expressão global é aqui empregada com o sentido de total, completo ou ‘redondo’, isto é, do problema à sua solução” (Abramo, 2003, p.35). Entretanto me parece óbvio que ele estava falando do padrão “Rede Globo” de fazer jornalismo televisivo, copiado pelas demais emissoras.

Conforme Abramo, esse padrão de reportagem tem uma estrutura narrativa dividida em três atos. O primeiro ato é o da exposição do fato, que “é apresentado sob seus ângulos menos racionais e mais emocionais, mais espetaculares e mais sensacionalistas” (Abramo, 2003, p.35) com imagens do acontecimento. O segundo ato é o da sociedade fala, no qual os personagens envolvidos “apresentam seus testemunhos, suas dores e alegrias, seus apoios e suas críticas, suas queixas e propostas” (Abramo, 2003, p.36). Esse padrão ainda hoje é seguido à risca na maioria das reportagens do Jornal Nacional e é exatamente essa a *estrutura* do texto das matérias que selecionei para analisar. Chegamos então ao terceiro ato, que é o que interessa para minha reflexão:

...é o da *autoridade* resolve... se trata de fato social (greve, passeata, ...) a *autoridade* reprime o Mal e enaltece o Bem, e também anuncia as soluções já tomadas ou a tomar, para as duas situações. Nos dois casos a *autoridade* tranqüiliza o povo, desestimula qualquer ação autônoma e independente do povo, mantém a *autoridade* e a ordem, submete o povo ao controle dela, *autoridade* (Abramo, 2003, p.36, grifo meu).

Conforme o autor: “é óbvio que a retenção dessas imagens finais da notícia do telejornalismo vai subsistir, no telespectador, como a mensagem essencial da matéria” (Abramo, 2003, p.37). Na verdade não é tão óbvio assim, mesmo que a matéria

⁹ Apenas para deixar bem claro, a famigerada palavra “manipulação” aqui utilizada, refere-se a manipulação da informação, visto que trabalho tendo a AD como referência teórica, e pelo ponto de vista da AD a construção de sentidos de um discurso televisivo como o das reportagens do Jornal Nacional é feita em conjunto com sua imensa audiência.



jornalística tente jogar os significados em uma *formação discursiva* X, essa tentativa é sempre escorregadia, visto que o “discurso é o efeito de sentido entre locutores” (Orlandi, 2005, p.21). O que esse terceiro ato me permite inferir é para qual *formação discursiva* o sujeito enunciador, seja lá quem for, tenta direcionar os sentidos.

Para a AD, a *formação discursiva* “define como aquilo que numa formação ideológica dada – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito” (Pêcheux apud Orlandi, 2005, p.43) e o “que não pode e não deve ser dito” (Benetti, 2007, p.112). Ainda com Benetti: “essa definição circular amarra a formação discursiva a uma formação ideológica em particular, deduzindo que, daquela formação ideológica em particular, não poderia ser construído outro sentido que não aquele” (Benetti, 2007, p.112).

Assim sendo, essas reportagens globalmente *estruturadas* que selecionei, apesar de se colocarem na posição de construtoras de um discurso polifônico, aberto a múltiplos pontos de vistas, tentam na verdade remeter os sentidos para uma determinada *formação discursiva*, de modo que, se outras *formações discursivas* aparecem, são apenas para simular polifonia ou para reificar os sentidos da *formação discursiva* principal da reportagem.

A análise

Selecionadas as matérias, o passo seguinte foi identificar as formações discursivas (FDs) de cada uma delas e posicioná-las no jogo de contenção de sentidos dos textos selecionados. Para entender como se dava o processo de construção de significados e baseado no “padrão global” como estrutura de texto, criei três categorias de análise para as formações discursivas presentes nas reportagens, que são:

- FDP: formação discursiva principal, que vem a ser a região de sentidos para a qual o sujeito enunciador tenta direcionar o texto e que é inferida pelo terceiro ato do padrão global;
- FDAR: formação discursiva de apoio para reificação, é a que vem dar suporte a FDP na construção de sentidos (não é igual a formação discursiva principal mas sublinha a significação da FDP);
- FDAp: formação discursiva de apoio polifônico, é a que cumpre a obrigação condizente com o modo pelo qual o jornalismo se apresenta (como sendo um discurso



que da voz, aos diversos setores da sociedade, a cerca do que se discute em suas reportagens) e é inferida no segundo ato do “padrão global” o da “sociedade fala”.

Todas as três categorias de análise têm como ponto de partida terceiro ato do “padrão global”. Inferida a formação discursiva principal (FDP) pelo momento “autoridade resolve”, encontramos aquela que vem lhe dar suporte e reificar seu sentido (FDAr) e aquela que se apresenta como seu contraponto (FDAP) e simula a polifonia do espaço jornalístico. As tabelas abaixo apresentam as três formações discursivas mais evidentes e como elas são encontradas no *corpus* selecionado:

Tabela II	
FDP (formação discursiva principal)	
“Estatuto divide a sociedade brasileira”	
FDAr (formação discursiva de apoio para reificação)	
“Nação-Brasil: unidade e igualdade através da mestiçagem”	
FDAP (formação discursiva de apoio polifônico)	
“Estatuto corrige distorções sociais e históricas entre negros e brancos no Brasil”	

Tabela III				
Reportagens e formações discursivas encontradas				
NR	TÍTULO	FDP	FDAr	FDAP
1	“Câmara aprova estatuto da igualdade racial”	X		X
2	“Deputados debatem sobre Estatuto de Igualdade Racial”	X		X
3	“Estatuto pode criar cotas para negros na sociedade”	X	X	X

Para dar suporte a essa identificação das FDs foram montadas as tabelas abaixo que apresentam as sequências discursivas que permitiram inferir a FDP e a maneira pela qual no segundo ato, “sociedade fala”, foram divididos o número de falas para os que acham que o “Estatuto divide a sociedade” (identificados na tabela como opositores) e para os que acham que o “Estatuto corrige distorções sociais históricas” (identificados como apoiadores do Estatuto da Igualdade Racial):



Tabela IV	
Reportagens e seqüências discursivas para inferência da FDP	
Reportagem 1	
Título	“Câmara aprova estatuto da igualdade racial”
SD – 3º Ato	“Viemos aqui favoravelmente votaremos <i>favorável ao texto porque deixou de ser um texto que divide a sociedade.</i> Passou a ser texto que dá oportunidades diferenciadas de crescimento.”
Personagem	Deputado Índio da Costa (DEM-RJ)
FDP	“Estatuto divide a sociedade brasileira”
Reportagem 2	
Título	“Deputados debatem sobre Estatuto de Igualdade Racial”
SD – 3º Ato	“ <i>O perigo é de a gente, em vez de estar resolvendo uma questão da desigualdade e do racismo, estar produzindo o ovo da serpente do ódio racial.</i> ”
Personagem	Professora Yvonne Maggie
FDP	“Estatuto divide a sociedade brasileira”
Reportagem 3	
Título	“Deputados debatem sobre Estatuto de Igualdade Racial”
SD – 3º Ato	“ <i>O Brasil corre o risco de criar uma divisão historicamente irreversível. Uma divisão que vai destruir uma idéia de povo brasileiro e a identidade brasileira. É injusto e indigno, é absurdo criar mais uma divisão.</i> ”
Personagem	Antropólogo Jorge Zarur.
FDP	“Estatuto divide a sociedade brasileira”

Tabela V		
Sociedade fala: relação entre o número de opositores e o de apoiadores do Estatuto		
Reportagem nr	Opositores	Apoiadores
1	1	1
2	3	1
3	2	1

Observa-se pela tabela III que a reportagem número 3 é que tem a estrutura narrativa mais completa. Pode se dizer também que a formação discursiva de apoio para reificação (FDAr) não aparece em todas as reportagens, enquanto a formação discursiva de apoio polifônico (FDAp) aparece em todas (assegurando discursivamente a polifonia no jornalismo). Considerando pelo aspecto textual, de contenção de sentidos, a



reportagem número 3, que utiliza uma FDAr, é a que se sai melhor e de fato ela é a mais emblemática de todas.

Observando a tabela IV, percebemos uma formação discursiva principal (FDP) comum nas três matérias: “Estatuto divide a sociedade brasileira”. E também: as sequências discursivas (SDs) que permitem a inferência da FDP remetem o Estatuto da Igualdade Racial a uma região de sentidos que o coloca na condição de promotor de “divisão da sociedade” brasileira, de “risco” e de “perigoso”. Outra observação interessante nessas reportagens é de que lugar provém o poder dessas autoridades utilizadas para o fechamento das matérias no padrão global. As duas reportagens mais enfáticas “Deputados debatem sobre Estatuto de Igualdade Racial” (2) e “Estatuto pode criar cotas para negros na sociedade” (3) trazem intelectuais como as autoridades detentoras da palavra final (os antropólogos Yvonne Maggie e Jorge Zarur).

Considerações sobre a análise: interdiscursividade

No documentário brasileiro “Além Mar”¹⁰, no trecho em que se discute identidade, Ailton Krenak, representante do povo ameríndio Krenak, recebe a pergunta: “Qual o lugar do índio na geografia do ‘Casa-Grande & Senzala’?”. A essa pergunta segue-se um pequeno silêncio constrangedor (e revelador) enquanto Krenak fita seriamente o documentarista que está fora do quadro. A tensão só acaba quando uma voz baixa responde ao líder indígena: “Não sei”. É a deixa para Krenak: “era fora, era na mata, espreitando e oferecendo perigo”. De fato o “mito das três raças” (Ortiz, 1994) em alguns momentos parece se resumir a um “mito das duas raças”: branca e negra.

Depois de “Casa-Grande & Senzala”, clássico de Gilberto Freyre, uma identidade nacional brasileira (baiano-carioca) calcada principalmente em um estereótipo do negro se cristalizou: samba, futebol, sensualidade, Carmem Miranda (1909-1955) (caracterizada como uma baiana estilizada de pele branca), etc. Isso me parece reforçar uma coisa: a identidade nacional opera como prestativa contenção das disputas dos grupos sociais (Chauí, 2000). É nesse Brasil dividido entre mar e sertão, entre interior e capital, entre rural e urbano, no qual os ameríndios foram praticamente isolados da

¹⁰ “Além mar” documentário brasileiro de Belisário Franca e Hermano Vianna exibido em 1999 pelo canal de TV GNT.



urbanidade, que uma fratura urbana se apresenta: desigualdade social entre brancos e negros no espaço geográfico das metrópoles.

É essa fratura que a identidade nacional quer conter, camuflar, e que por sua vez, o Estatuto da Igualdade Racial traz à tona. O jogo da interdiscursividade dessas reportagens selecionadas opera no choque entre dois discursos sobre o Brasil: um que propõe um Brasil-multicultural e outro que comunga com a idéia de um Brasil-mestiço, uno, em seu povo/raça mestiço. O discurso do Brasil-multicultural é o do Estatuto da Igualdade Racial. Não quero me ater muito a ele, apenas ressalto que ele está de acordo com o seguinte raciocínio de Munanga:

confundir o fato biológico da mestiçagem brasileira (a miscigenação) e o fato transcultural dos povos envolvidos nessa miscigenação com o processo de identificação e de identidade, cuja essência é fundamentalmente político ideológica, é cometer um erro epistemológico notável (Munanga, 2004, p.118).

O que equivale a dizer que a mestiçagem biológica (que traz também a marca da violência sexual, mas não é assim representada na identidade nacional brasileira, onde aparece envolta por um véu de sensualidade) não reflete a violência da acomodação das culturas no seio da nação, pelo plano da mestiçagem cultural. E, claro, a miscigenação não resolveu as desigualdades sociais entre os grupos de brancos e negros. A afirmação de Munanga confronta-se com o outro discurso, o do Brasil-mestiço. Temos, neste trecho de “Casa-Grande & Senzala”, uma exposição bem clara desse discurso:

O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação (Freyre, 2005, p.33).

Esse discurso comunga com os que, por sua vez, permitiram pensar a nação Brasil como sendo formada por um povo de raça mestiça (Ribeiro, 1995), una. Essa raça mestiça serviu de base para a construção da identidade nacional brasileira, que postula a unidade racial e cultural pela mestiçagem, transparecendo o impulso à unificação que permeia as culturas nacionais (Hall, 2000). É principalmente nesse discurso da identidade nacional brasileira, que a interdiscursividade das reportagens analisadas vai buscar significados. A mais emblemática de todas as matérias, nesse sentido, é a número



3, de título “Estatuto pode criar cotas para negros na sociedade” e por isso foi selecionada para uma análise mais detalhada. Diferente das outras duas reportagens, mais factuais, o primeiro ato da reportagem 3 não mostra exatamente um fato, mostra, sim, brancos e negros em relações de igualdade em duas situações: num terreiro de candomblé e numa casa de samba. Do padrão global, esse primeiro momento da reportagem 3 traz a característica de apresentar informações visuais e dramáticas.

Essas imagens permitem uma observação: fica bastante claro que as pessoas estão posando para as câmeras de TV, e, no terreiro de candomblé, também está claro que a filmagem foi previamente combinada. Nesse “cenário” do terreiro, temos a nítida impressão de uma “encenação”: imagens de brancos e negros se abraçando em meio ao ritual afro-brasileiro. A repórter auxilia na contenção de sentidos da FDAr (formação discursiva de apoio para reificação da principal que opera interdiscursivamente com o discurso da identidade nacional brasileira) com o seguinte texto que serve de apoio a essas imagens: “*Eles são irmãos na fé de uma religião que veio da África e que, no Brasil, acolhe todo tipo de gente*” [SD 1.FDAr (3)]¹¹.

Faz-se necessária uma explicação. Quando digo que, ao assistir a reportagem temos a impressão de uma encenação no terreiro de candomblé, não quero afirmar que essa cena não reflita a maneira como brancos e negros se inter-relacionam no Brasil. É observável que a sociedade brasileira não é segregacionista (o que do meu ponto de vista é um aspecto louvável). O que quero dizer é que essa cena parece previamente combinada com a repórter e faz parte do jogo de contenção de sentidos do texto da reportagem, no plano das informações visuais (diferente das outras duas reportagens que apresentavam cenas de fatos filmados na Câmara de Deputados durante as discussões do Estatuto da Igualdade Racial).

Em seguida, a repórter abre a fala para dois personagens: um pai-de-santo negro e um homem branco praticante do candomblé. Essas duas falas produzem SDs que também remetem aos sentidos da FDAr (Nação-Brasil: unidade e igualdade através da mestiçagem). São elas: “*Aqui, não tem distinção de cores. Todo mundo é igual, preto e branco. Branco e preto*” [SD 2.FDAr (3)] e “*Sempre fui bem recebido porque, dentro da nossa religião, não temos distinção de cor*” [SD 3.FDAr (3)]. Assim como o

¹¹ Legenda da numeração:

SD 1.FDAr (3) – seqüência discursiva número 1, da formação discursiva de apoio para a reificação (FDAr), apresentada na reportagem número 3;



candomblé, o samba também representa a mestiçagem do Brasil. O texto da repórter, apoiando as imagens de casais de pessoas brancas e negras dançando junto, nos oferece essa SD: “O *samba também tem raiz afro, mas vai dizer para alguém aqui que hoje este não é um ritmo tipicamente brasileiro*” [SD 4.FDAr (3)].

Na sequência da matéria, “dinamizando” o padrão *global* numa intercalação entre os atos 1 e 2, temos novas falas de novos personagens: uma mulher branca e outra negra comentam a mestiçagem brasileira. Selecionei essa SD: “*Loira de sangue negro. Mistura total na veia, então o sangue africano está em todo mundo*” [SD 5.FDAr (3)]. E outra maior, a seguir. “*Não tem mais esse negócio de negro de um lado, branco, é tudo misturado. Assim, é do Brasil já essa mistura, é todo mundo curtindo, sem preconceito. Já faz parte do Brasil*” [SD 6.FDAr (3)].

A repórter, cometendo o erro epistemológico apontado por Munanga (2004), resume então: “Por toda a história, *as culturas se misturaram. O povo então, nem se fala*” [SD 7.FDAr (3)]. Desse ponto em diante, o texto encerra a utilização da FDAr, e apresenta-se então a FDP (formação discursiva principal), que o Estatuto da Igualdade Racial aos sentidos de divisor da nação brasileira, que como a reportagem mostrou é una e convive harmoniosamente. Essa FDP apontada também comunga interdiscursivamente com a identidade nacional brasileira, quando aponta para o “perigo” da negação dessa unidade nacional.

Na sequência da reportagem continua o momento “sociedade fala” com uma interlocutora dando uma declaração de indiferença sobre o Estatuto, outro entrevistado coloca que o Estatuto é discriminatório (por isso inclui sua declaração dentro da FDP, pelo sentido de divisão social) e apenas uma fala de uma líder do movimento Cernegro se mostrando favorável ao Estatuto (declaração incluída na FDAp, formação discursiva de apoio polifônico) o que evidencia que está ali apenas como cumprimento de uma obrigação.

O texto da reportagem entra então com mais firmeza na região de sentidos da formação discursiva principal (FDP) e a repórter nos oferece a seguinte sequência discursiva (SD): “Para o antropólogo Jorge Zarur, a *criação do estatuto representa um perigo para o país*” [SD 2.FDP (3)]¹². Nessa SD fica bastante claro o que está em jogo: o país, a nação. Recorre-se então a *autoridade* para confirmar isso. “O Brasil *corre o*

¹² SD 1.FDP (3) – sequência discursiva número 1, da formação discursiva principal (FDP), apresentada na reportagem número 3;



risco de criar uma divisão historicamente irreversível. Uma divisão que vai destruir uma ideia de povo brasileiro e a identidade brasileira. É injusto e indigno, é absurdo criar mais uma divisão” [SD 3.FDP (3)]. É com as palavras do antropólogo Jorge Zarur, que se fecha a reportagem no terceiro ato.

Sobre essa ideia de perigo (risco), Munanga diz que a identidade nacional brasileira é “profundamente assimilativa e assimilacionista, capaz de criar constrangimento para os grupos que procuram se manter afastados da sociedade nacional” (Munanga, 2004, p.135). Quais sentidos e significados são reservados aos movimentos sociais que se afastam da identidade nacional, que tentam expor as fraturas sociais envoltas pelo manto protetor da nação, “que recobre as divisões reais que a constituem” (Chauí, 2000, p.94)? Eles “recebem uma significação precisa: são sinônimo de perigo, crise, desordem” (Chauí, 2000, p.95). Essa noção de perigo causado à nação também aparece na fala da antropóloga Yvonne Maggie, que fecha a reportagem 2, “Deputados debatem sobre Estatuto de Igualdade Racial”: “O *perigo* é de a gente, em vez de estar resolvendo uma questão da desigualdade e do racismo, estar *produzindo o ovo da serpente do ódio racial*”.

Por que trazer essas imagens catastróficas para o debate sobre a posição do grupo social negro (aquinhado no conceito de raça negra) no Brasil? Yvonne Maggie nos responde no prefácio do livro “Não somos racistas”, de Ali Kamel¹³: “o que está em pauta é a nossa concepção de nação” (Kamel, 2006, p.13). É esse mundo simbólico que está ameaçado. E qual o problema, pergunto eu? A formação discursiva que remete o Estatuto da Igualdade Racial ao sentido de “perigoso”, de “divisor da nação”, dissimula sua posição nacionalista no debate, e tenta invalidar esse mesmo debate atacando o conceito de raça humana (que de fato não tem nenhum respaldo científico, nem moral). As raças humanas biológicas não existem, mas isso não quer dizer que o estrago provocado pela crença científica de que raças humanas existiam (e não seria errado dizer que grande parte do senso comum ainda acredite em raças humanas), tenha se dissipado. Se é inválido promover um debate para a igualdade dos cidadãos pela noção de raça humana, me parece muito mais inválido negar esse debate pelo paradigma da nação.

¹³ Essa aparição de Yvonne Maggie na reportagem 2 e sua relação com o diretor de jornalismo da Rede Globo, Ali Kamel, é uma das pistas da intervenção institucional no texto da repórter. Outra me parece ser o uso da expressão “O projeto traz orientações para o governo sobre como tratar os negros no Brasil”, que está presente nas três reportagens e em uma delas (número 3) é dita quase literalmente pelo editor e apresentador do jornal Willian Bonner, na cabeça da matéria.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

ANDERSON, Benedict R.. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. IN: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia (org.) **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007. P 107-122

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2005.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ORLANDI, Eni P.. **Análise de Discurso Princípios & Procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Nome do arquivo: IntercomJR_Jornalismo_Amcle_EIRVINBCDERJN
Diretório: E:\07_Intercom
Modelo: C:\Documents and Settings\Usuario\Dados de aplicativos\Microsoft\Modelos\Normal.dotm
Título: Padrão (template) para submissão de trabalhos ao
Assunto:
Autor: Anibal
Palavras-chave:
Comentários:
Data de criação: 17/7/2010 17:28:00
Número de alterações:3
Última gravação: 17/7/2010 17:28:00
Salvo por: Cliente
Tempo total de edição: 2 Minutos
Última impressão: 17/7/2010 18:06:00
Como a última impressão
Número de páginas: 15
Número de palavras: 4.916 (aprox.)
Número de caracteres: 26.547 (aprox.)